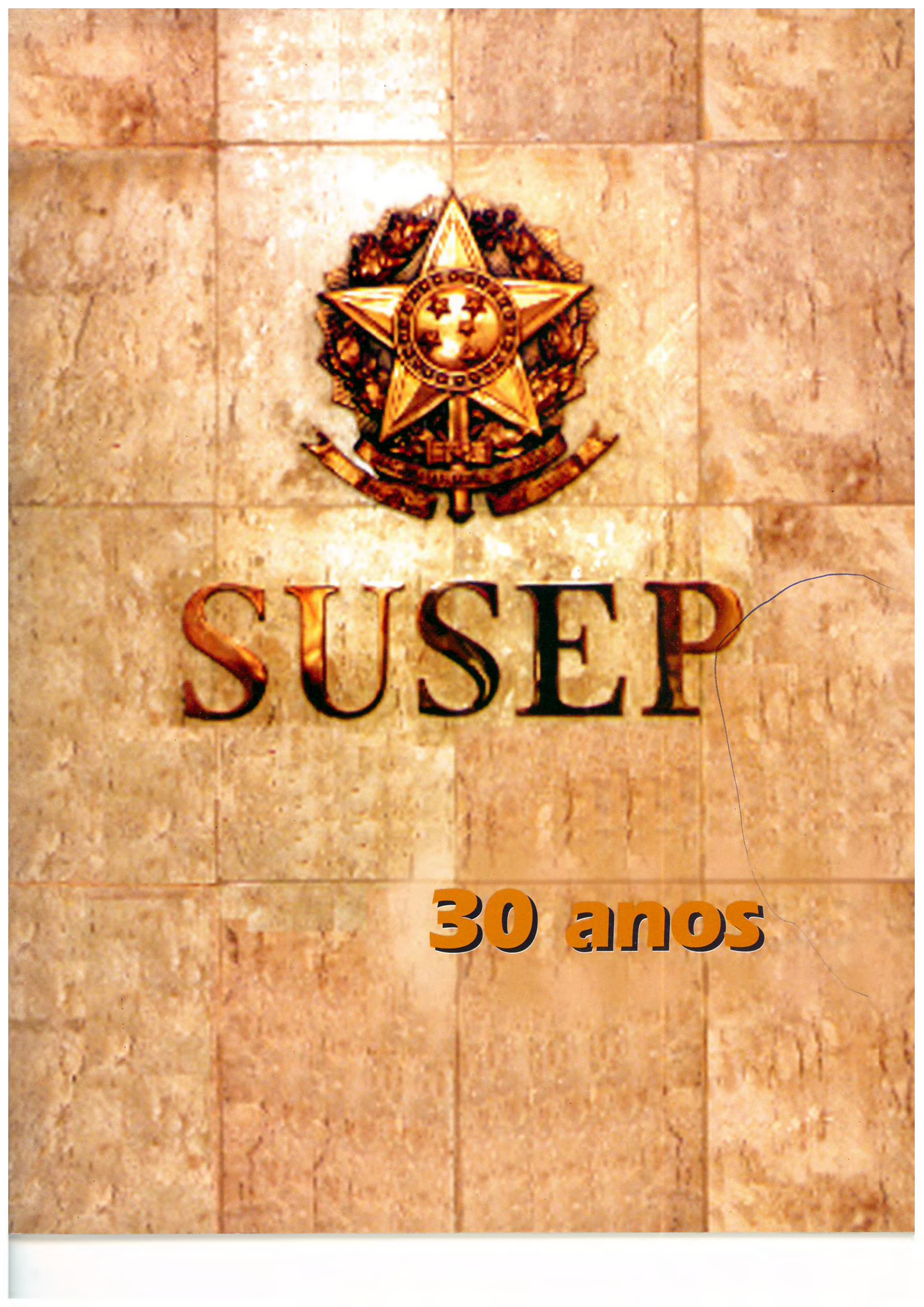

SUSEP
30 anos

Superintendência de Seguros Privados
Ministério da Fazenda

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

Ministro
Pedro Sampaio Malan

Superintendente
Helio Portocarrero

Diretores
Solange Beatriz Palheiro Mendes de Almeida
Neival Rodrigues Freitas
Luiz Peregrino Fernandes Vieira da Cunha
Lídio Duarte

Chefe do Gabinete
Ricardo Pires de Mello

Procurador Geral
André Leal Faoro

Auditoria
Vilma de Oliveira Gatto

Secretário Geral
Ricardo de Sá Acatauassu Xavier

Assessora de Comunicação Social
Iasmin Kamacho

Departamento de Controle Econômico
Antonio Jorge Vianna

Departamento Técnico-Atuarial
José Antônio Valente Perez

Departamento de Fiscalização
Vera Melo Araújo

Departamento de Administração e Finanças
Sérgio Kafuri

MENSAGEM DO SUPERINTENDENTE
HELIO PORTOCARRERO

A Superintendência de Seguros Privados — SUSEP — surgiu da necessidade de se ter um órgão independente para fiscalizar e regulamentar o mercado de seguros, capitalização e de previdência privada aberta.

O mercado de seguros, após permanecer fechado e protegido por três décadas, vem sofrendo profundas alterações nos últimos três anos.

O processo de estabilização econômica, iniciado em julho de 1994, foi o fator principal para a alavancagem do mercado, provocando uma revolução em cada segmento que o compõe. A abertura da atividade seguradora para os competidores internacionais virá complementar essa enorme transformação.



Na previdência privada aberta também está sendo verificado um novo fluxo de crescimento, depois da série de crises que abalou o setor em décadas passadas. Esses problemas levaram a SUSEP a desenvolver, dentro da regulamentação do setor, salvaguardas para que não se repetissem as experiências negativas. As medidas de caráter preventivo surtiram efeito e, agora, já se aposta em um novo formato de previdência privada, que facilitará a expansão do mercado.

As empresas do setor de capitalização igualmente registraram, nos últimos anos, um incremento significativo dos negócios, depois de longo período de estagnação. Atualmente, é possível encontrar, no país, um mercado de títulos variados, de fácil acesso para os consumidores de qualquer camada social e que se expandiu, até de forma inesperada, a partir de 1994. Foi, sem dúvida, mais uma conseqüência direta da estabilização da moeda brasileira e da distribuição da riqueza.

Para acompanhar a rápida transformação por que passam esses mercados, a Superintendência de Seguros Privados investe cada vez mais no aperfeiçoamento técnico do pessoal, seja através de participação em seminários ou cursos de especialização profissional — realizados no Brasil e no exterior — ou de programas de treinamento interno.

Essa preocupação se justifica na medida em que o mercado esteve muito tempo fechado, o que provocou a defasagem da regulamentação adotada no Brasil, em relação ao que se verifica no mundo. Por isso, a direção da autarquia resolveu que é chegada a hora de se oferecer ao servidor da SUSEP o acesso à melhor formação possível e às práticas mais comuns no âmbito internacional.

A autarquia pretende priorizar , também, a atualização das várias regulamentações que regem os mercados de seguro, previdência privada aberta e capitalização, com a colaboração de outros órgãos e instituições governamentais, notadamente o Banco Central e a Receita Federal.

A HISTÓRIA DA SUSEP

Em meados da década de 60, percebendo a necessidade de desenvolver mecanismos que permitissem o acompanhamento e a coordenação, de forma mais sistematizada, do promissor mercado de seguros, o Governo brasileiro instituiu, através do Decreto Lei 73, o Sistema Nacional de Seguros Privados.

Sancionado no dia 21 de novembro de 1966, o novo modelo gerou um órgão normativo — o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) — e dois executivos: o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) - que, na verdade, já existia desde 1939, mas foi reformulado - e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), criada para assumir as funções exercidas até aquela data pelo Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização (DNSPC), do Ministério da Indústria e Comércio.

A SUSEP passou, então, a executar a política traçada para o setor pelo CNSP, através do exercício da fiscalização, normatização e controle dos mercados de seguros, capitalização e previdência privada aberta.

Uma tarefa que vem sendo cumprida com eficiência e dedicação, tanto na sede da autarquia, localizada no Rio de Janeiro, quanto nos Departamentos do Distrito Federal, Rio Grande do Sul e São Paulo e nas representações de Minas Gerais, Paraná e Bahia.

DIFICULDADES

Mas, nem sempre a autarquia pode contar com a boa estrutura que tem atualmente. As dificuldades começaram logo após a criação da SUSEP, em 1966, quando os funcionários tiveram que ser alojados em um espaço mínimo, cedido pelo Ministério da Indústria e Comércio, na Praça Mauá.

Na época, sem poder contar com as condições mais adequadas para exercer suas tarefas, muitos funcionários compravam material de escritório com o dinheiro do próprio bolso. Eram servidores oriundos do DNSPC e do Conselho Nacional de Seguros Agrícolas (CNSA), também extinto pelo Governo, e, juntamente com outros colegas, arregimentados no mercado de trabalho, começavam a formar a tradição de dedicação à causa pública que sempre caracterizou o quadro de pessoal da SUSEP.

MUDANÇA PARA O MINISTÉRIO DA FAZENDA

A SUSEP passou a ser uma autarquia do Ministério da Fazenda pelo Decreto nº 83483, de 22 de maio de 1979, assinado pelo Presidente da República, João Baptista Figueredo, e pelos ministros Karlos Rischbieter, Mário Henrique Simonsen e Camilo Penna.

ESPECIALIZAÇÃO

Hoje, a situação é bem melhor. Informatizada e contando com funcionários de elevado nível profissional que, constantemente, participam de cursos e seminários de especialização, a autarquia mantém à disposição do público uma equipe de técnicos para esclarecimentos sobre os seus direitos quanto a seguros, planos de previdência privada aberta e de capitalização.

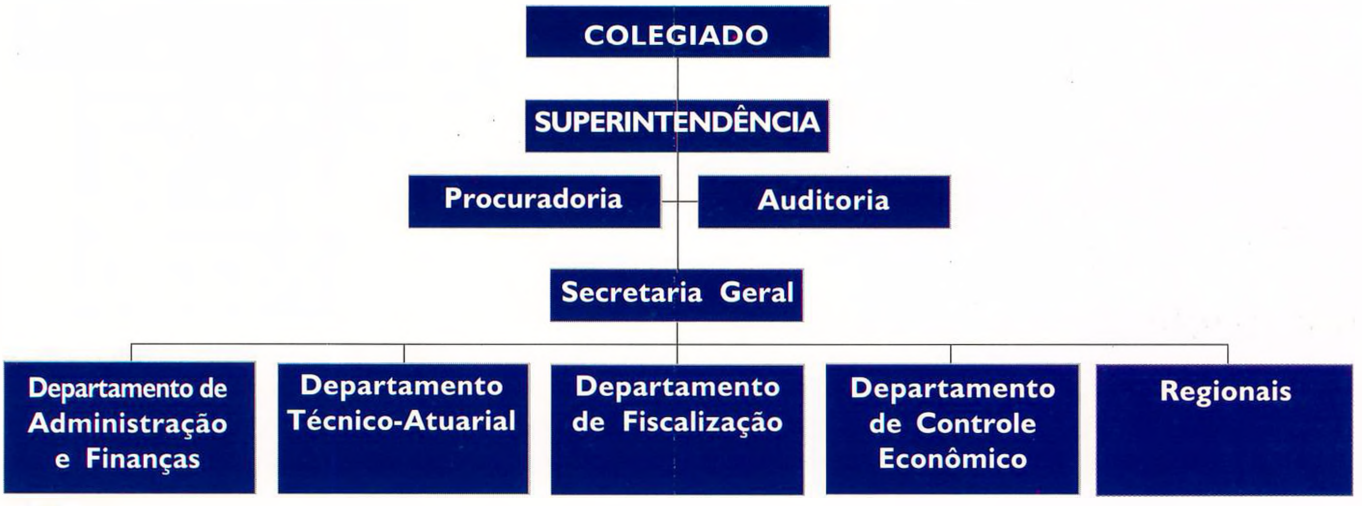
O atendimento ao público é oferecido na sede da autarquia ou em suas regionais, mas informações também podem ser solicitadas, nos dias úteis, através do DISQUE-SUSEP: (0800) 21-8484.

As ligações para esse número são gratuitas e podem ser feitas de qualquer ponto do território nacional, através do sistema DDG.

NASCE A SUSEP

Em 1937, com o advento dc Estado Novo, é adotada uma concepção de política de mercado que fortalece as empresas de capital nacional, consolidando o princípio de nacionalização do seguro, previsto pela Constituição de 34.
O principal instrumento dessa política foi a criação do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), em 1939, através do qual ficou estabelecido o monopólio do resseguro no país. Em 7 de março de 1940, foi sancionado o Decreto-Lei que restringia a pessoas físicas de nacionalidade brasileira a posse de capital das empresas de seguros.
Ao mesmo tempo, o Governo passou a incentivar a criação de companhias nacionais, o que triplicou o número de seguradoras operando no mercado.
A Constituição de 1946 alterou o curso dessa tendência. Mas, já estava firmada a predominância, no mercado brasileiro, das empresas seguradoras nacionais.
Em 21 de novembro de 1966, foi sancionado o Decreto-Lei 73, instituindo nova regulamentação para as operações de seguros e resseguros, além de criar a SUSEP.

ESTRUTURA



A SUSEP é administrada por um Conselho Diretor, composto pelo Superintendente e por quatro Diretores. Também integram o Colegiado, sem direito a voto, o Secretário-Geral e o Procurador-Geral. Compete ao colegiado fixar as políticas gerais da Autarquia, com vistas à ordenação das atividades do mercado, cumprir e fazer cumprir as deliberações do CNSP e aprovar instruções, circulares e pareceres de orientação em matérias de sua competência.
A presidência do Colegiado cabe ao Superintendente que tem, ainda, como atribuições, promover os atos de gestão da Autarquia e sua representação junto a outros órgãos do Governo e ao mercado.

COMO FUNCIONA A SUSEP

A administração da Superintendência de Seguros Privados — SUSEP — fica a cargo de um Conselho Diretor, composto pelo superintendente da autarquia e quatro diretores.
Também integram o colegiado o Secretário-Geral e o Procurador-Geral. Entretanto, eles não têm direito a voto.
O colegiado tem a função de fixar as políticas gerais da autarquia, com vistas à ordenação das atividades do mercado.
A presidência do colegiado é exercida pelo Superintendente da SUSEP que tem ainda, como atribuições, promover os atos de gestão da autarquia e sua representação junto ao Governo e ao mercado.

FISCALIZAÇÃO

Atualmente, o quadro de pessoal da SUSEP é integrado por 325 servidores, distribuídos entre a sede e as regionais. Nesse grupo de funcionários há 49 especialistas nas áreas técnica e de controle econômico-financeiro e 39 fiscais.
A SUSEP supervisiona e fiscaliza um segmento de mercado constituído por 128 companhias seguradoras, 38 empresas de previdência privada aberta, 17 empresas de capitalização, 31.856 corretores de seguros, pessoas físicas, e 11.641, pessoas jurídicas.

MERCADO

A participação do mercado de seguros no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro chega a 2,2%, aproximadamente. Até dezembro, a receita de prêmios acumulada em 1996, foi de R$ 15,1 bilhões. Mas, até 1994, a parcela correspondente a esse segmento oscilava entre 0,8% e 1,2% do PIB, índices modestos, mesmo quando comparados aos dos demais países da América Latina. A estabilização da economia, com a criação do Real, foi fundamental para a mudança desse quadro.
O Real também teve reflexos sobre o desempenho dos setores de previdência privada aberta — cujas receitas aumentaram de R$ 265 milhões para R$ 699 milhões, entre 1993 e 1994, e para R$ 1 bilhão, em 1995 — e capitalização, no qual a arrecadação passou de R$ 504 milhões, em 93, para R$ 2,4 bilhões, em 95.
A perspectiva é de que, tanto o setor de seguros, quanto o ramo de previdência privada aberta e a área de capitalização, alcancem patamares ainda mais elevados de sua contribuição à poupança interna, principalmente a partir da regulamentação do artigo 192 da Constituição Brasileira, das mudanças na Previdência Social, da quebra do monopólio do resseguro e do estabelecimento de regras claras para a participação do capital estrangeiro.

COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO CNSP

O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) tem como principal atribuição fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados. Ao CNSP cabe, ainda, regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização dos que exercem atividades subordinadas ao Sistema Nacional de Seguros Privados, bem como a aplicação das penalidades previstas.

Outra importante atribuição do conselho é fixar as características gerais dos contratos de seguros, previdência privada aberta e capitalização. Além disso, estabelece as diretrizes gerais das operações de resseguro e analisa recursos a decisões da SUSEP e do IRB.

O CNSP também prescreve os critérios de constituição das sociedades seguradoras, de previdência privada aberta e de capitalização - com fixação dos limites legais e técnicos das respectivas operações - e disciplina a corretagem do mercado e a profissão de corretor.

O Conselho Nacional de Seguros Privados é presidido pelo ministro da Fazenda. O vice-presidente do CNSP é o Superintendente da SUSEP. Os demais membros do Conselho são o presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), o Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça e o representante do Ministério do Planejamento e Orçamento. A iniciativa privada também integra o CNSP, através de membros indicados por sociedades seguradoras, entidades de previdência privada aberta, sociedades de capitalização e corretores.

LEGISLAÇÃO BÁSICA

As operações de seguro, previdência privada aberta e capitalização obedecem a diversos instrumentos legais, tendo a seguinte legislação básica:

- **SEGUROS**

  Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967;

- **PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA**

  Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, e Decreto nº 81.402, de 23 de fevereiro de 1978;

- **CAPITALIZAÇÃO**

  Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967.

Com suporte nessa legislação, são editados os instrumentos normativos operacionais: Resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Circulares da SUSEP.

HISTÓRIA DO SEGURO

O ponto de partida da atividade seguradora no Brasil coincidiu com a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, em 1808. A primeira empresa do ramo chamava-se Companhia de Seguros Boa Fé, cuja criação foi autorizada por D. João VI, após solicitação dos comerciantes da Bahia. A seguradora garantia - até o equivalente a 3% do valor de seu capital - o pagamento de indenizações a proprietários de embarcações, os pioneiros na contratação de seguros no país.

À epoca, como não havia qualquer órgão para fiscalizar e normatizar o setor, vigoravam no Brasil as normas da Casa de Seguros de Lisboa. Essa legislação regulou a atividade seguradora brasileira até 1822, quando foi proclamada a Independência.

MARÍTIMO

O Código Comercial, aprovado em junho de 1850, provocou a alavancagem do setor de seguros no Brasil, ao fixar um conjunto de normas que, pela primeira vez, regulava o seguro marítimo em todos os seus aspectos. O resultado disso foi que, somente entre 1851 e 1858, foram criadas 18 seguradoras, com sedes no Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Rio Grande do Sul.

O principal marco da regulamentação do setor no século passado, entretanto, foram dois decretos datados de 1860. O primeiro tornava compulsória a apresentação de balanços das seguradoras. O outro estabelecia a obrigatoriedade do pedido para o funcionamento das sociedades de seguros e aprovação dos respectivos estatutos.

Mais tarde, já no final do século XIX, foram implantados mecanismos de controle das atividades das empresas estrangeiras. Um deles tratava da constituição e aplicação, em valores nacionais, das reservas matemáticas das companhias de seguro de vida, até então constituídas e aplicadas nos países de origem.

REPÚBLICA

A plena maturidade da atividade de seguros somente foi atingida no limiar do regime republicano, quando se delineiam os traços de uma política de fortalecimento do mercado. Nesse contexto, destacou-se o chamado Regulamento Murtinho, de 1901, destinado a disciplinar as operações de seguros no Brasil. Foi criada, então, a Superintendência Geral de Seguros, um embrião da Susep, que recebeu do Ministério da Fazenda a incumbência de fiscalizar o setor de seguros privados. Até o aparecimento desse órgão, o controle exercido sobre o mercado limitava-se à avaliação dos balanços e à autorização prévia para o funcionamento das empresas.

Em 1916, com a promulgação do Código Civil, o mercado segurador passou a ter uma estrutura legal sólida e de caráter duradouro, deixando de se basear em normas de força legal ao nível de decretos e regulamentos. As conseqüências foram imediatas: começaram a ser explorados novos ramos de seguros e o número de seguradoras existentes no país saltou de duas dezenas para 68 empresas, no final dos anos vinte.

Nessa fase, que se prolongou até a implantação do Estado Novo, em 1937, foram aprovadas normas de suma importância para o mercado. Em 1928, por exemplo, foi instituída a tarifa mínima oficial para os seguros terrestres e marítimos.

As seguradoras passaram, então, a ser obrigadas a submeter suas tarifas à aprovação do Governo. Era o início do sistema de unificação tarifária.

Seis anos depois, foi extinta a Inspetoria de Seguros, que foi subsituída pelo Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização, o precursor da SUSEP. Em 1935, era aprovado o decreto que regulamentou as operações de seguros de acidentes de trabalho.

ELES COMANDAM A SUSEP

A comemoração do trigésimo aniversário da SUSEP ocorre em um momento de profundas alterações na estrutura da atividade de seguros, previdência privada aberta e de capitalização. Essas mudanças estão provocando a abertura do setor para o capital estrangeiro, o fim do monopólio do resseguro e a adoção de um novo modelo previdenciário, e têm reflexos sobre o papel exercido pela Susep.



Solange Beatriz M. de Almeida: Autarquia está preparada para conduzir processo de mudanças

CONSUMIDOR

A autarquia, no entanto, está preparada para colaborar e influir na condução do processo, de forma a garantir o desenvolvimento do mercado brasileiro e assegurar a defesa dos interesses dos consumidores.
A diretora da SUSEP, Solange Beatriz Palheiro Mendes de Almeida, explica que o ponto de partida é a adoção de regras claras, sem o intervencionismo exagerado do Estado no setor.

MODELO

Ela entende que o mais importante, nesse primeiro momento, é sanear a regulamentação existente, para que a autarquia possa desenvolver um trabalho ainda mais eficiente dentro do novo modelo, mais aberto e competitivo.
Nesse contexto, destaca que o mais importante é delinear um plano de ação que torne efetiva a modernização do setor.

AGILIDADE



Teresa, Gisele e Lúcia, com Solange Beatriz

No âmbito interno da SUSEP, a prioridade será a coordenação do trabalho realizado pelos Departamentos: "A nossa intenção é dar continuidade ao que já vinha sendo feito pela diretoria anterior", explica Solange Beatriz, acrescentando que o objetivo é tornar a máquina ainda mais ágil na execução de suas tarefas.
A experiência acumulada no período em que ocupou a Secretaria-Geral da autarquia tem contribuído para o êxito que vem obtendo em sua função.

ELES COMANDAM A SUSEP

Neival Rodrigues Freitas é formado em Ciências Contábeis e assumiu, em dezembro de 96, uma das diretorias da SUSEP, após executar, na Assessoria Técnica (Astec) da autarquia, trabalho de apoio ao Superintendente e ao colegiado nas diversas áreas de atuação do órgão. Até então, ele representava a SUSEP no grupo de trabalho encarregado de elaborar um plano de reestruturação institucional, econômica e financeira para o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB).



Neival Rodrigues Freitas: Contribuindo para a reestruturação do IRB



Neuza, Marilda, Iraci e Lourdes

Além disso, Neival Freitas atuou no acompanhamento das companhias em regime especial, colaborando na elaboração de relatórios e na adoção das medidas necessárias.

Ex-presidente e diretor financeiro do Fundo de Pensão dos funcionários do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), Neival Freitas trabalhou ainda na Caixa Econômica Federal (CEF), antes de iniciar suas atividades na SUSEP, em maio de 1996.



Luiz Peregrino: Consolidando as normas relativas ao mercado

O funcionário de carreira do Banco Central, Luiz Peregrino — também formado em Ciências Contábeis — é outro diretor da SUSEP que assumiu o cargo em dezembro de 96, após realizar, na Assessoria Técnica, um trabalho que tem o objetivo de classificar e, posteriormente, consolidar todas as normas relativas aos mercados de seguro, previdência privada aberta e de capitalização. O projeto visa levantar todas as normas existentes e agrupá-las por temas, para que, no futuro, tanto os consumidores quanto os profissionais do setor possam consultá-las, de forma mais racional.

Luiz Peregrino está na SUSEP desde abril de 96.

ELES COMANDAM A SUSEP

A SUSEP tem um importante papel a exercer no mercado e sairá fortalecida do processo de mudanças no setor. A opinião é do diretor da autarquia, Lídio Duarte, para quem a autarquia deverá herdar, por exemplo, a função de normatizar as operações de cosseguro, resseguro e retrocessão, atualmente sob responsabilidade do Instituto de Resseguros Privados (IRB).

Lídio Duarte chegou à SUSEP em fevereiro de 97, após 20 anos de carreira no IRB, onde ocupava o cargo de Superintendente de Operações Nacionais e não tem dúvidas de que as perspectivas são as melhores possíveis para a atividade seguradora, a curto e médio prazos.

Para ele, o processo de expansão do mercado prosseguirá por um bom tempo e o consumidor será favorecido, além da queda dos custos dos produtos, pelo fato de ter acesso a um mercado bem mais qualitativo.

O diretor da SUSEP prevê, inclusive, a progressiva queda dos preços do seguro no Brasil, em virtude da maior concorrência no setor e da estabilidade econômica. Ele acredita que a redução dos custos será mais acentuada nos ramos de saúde, automóvel e nos pacotes multiriscos.

Lídio Duarte entende que as seguradoras têm, agora, mais visibilidade de seus custos, o que permite a reavaliação do preço cobrado aos consumidores brasileiros.

Ele acentua ainda que a tendência de fusões e incorporações entre empresas de seguros será aprofundada, mantendo-se forte a participação dos grupos estrangeiros nas negociações.

Para Lídio Duarte, as seguradoras de pequeno e médio portes terão que procurar novos nichos para atuar, através da especialização em determinadas carteiras e da regionalização.

Com relação à quebra do monopólio do resseguro, o diretor da Susep defende o fortalecimento do IRB, para que o País possa contar com um ressegurador local forte, mantendo o nível de retenção de divisas.

Da receita atual de prêmios gerados no mercado interno, de cerca de US$ 15 bilhões, somente US$ 150 milhões são repassados para o exterior, através de operações de resseguro.



Lídio Duarte, diretor da autarquia

ELES COMANDAM A SUSEP



Ricardo Pires de Mello, chefe do Gabinete

O chefe do Gabinete exerce uma função estratégica na estrutura da SUSEP. A ele cabe, por exemplo, coordenar todas as ações entre os diversos departamentos da autarquia. Outra atribuição é administrar as relações institucionais do órgão. O titular do cargo, jornalista Ricardo Pires de Mello, assumiu em dezembro de 96, com a determinação de agilizar a tramitação de documentos e a sua distribuição no âmbito da diretoria da SUSEP. Além disso, cabe a ele conduzir a distribuição de processos e a preparação das pautas para as reuniões do CNSP, tarefas executadas pelo secretário-executivo do Conselho, André Luiz Barcellos.

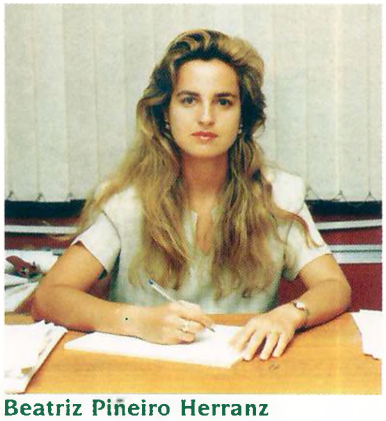
O secretário-executivo do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), André Luiz Barcellos, tem como principais tarefas preparar as atas das reuniões, acompanhar a tramitação dos processos e cuidar de todo o acervo do Conselho, incluindo resoluções e as pautas dos encontros. André Luiz Barcellos também exerce essas funções para o Comitê de Recursos Administrativos e o Comitê de Recursos do Seguro Habitacional — ambos vinculados ao CNSP — e para o colegiado da SUSEP. Além disso, providencia a divulgação das resoluções do CNSP para o mercado de seguros, capitalização e previdência privada aberta.



André Luiz Barcellos, secretário executivo do CNSP, e seu antecessor, Ricardo Gomes, com a equipe de apoio.

ASTEC
ASSESSORIA TÉCNICA

A economista Beatriz Piñeiro Herranz é a assessora técnica responsável, na Astec, pelo trabalho de classificação e, posteriormente, da consolidação das normas relativas aos mercados de seguro, previdência privada aberta e de capitalização. Esse trabalho vinha sendo realizado por ela em parceria com Luiz Peregrino, que foi nomeado diretor da autarquia.



Beatriz Piñeiro Herranz

A primeira parte do trabalho, relativa à classificação das normas do ramo de capitalização, está quase pronta. Depois, serão tratadas as normas referentes ao setor de previdência privada aberta e, em seguida, a legislação que rege a atividade seguradora. Beatriz Herranz foi contratada pela SUSEP em novembro de 95.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A assessora de Comunicação Social Iasmin Kamacho é o elo de ligação entre a imprensa e o Superintendente da SUSEP, os diretores e chefes dos Departamentos da autarquia. Funcionária do Ministério da Fazenda — onde era a chefe da Assessoria de Comunicação Social, no Rio de Janeiro, Iasmim cuida ainda de projetos especiais, como a revista comemorativa dos 30 anos da autarquia, e presta assessoria direta ao colegiado. Iasmim Kamacho e Roberto Iório são responsáveis pelo *Info Jornal* e *Info Revista*, que apresentam as notícias referentes à SUSEP e ao mercado de seguros, previdência privada aberta e capitalização.



Roberto Iório

ELABORAÇÃO DE VOTOS

A socióloga Célia Maria Brenha Rocha Serra é quem assessora o Colegiado na análise dos processos e elaboração dos votos para as reuniões do Conselho. Esses processos são referentes a aplicação de penalidades e passam pelo Departamento de Fiscalização antes de serem avaliados pelos membros do colegiado da SUSEP.



Regina Mota e Célia Maria Brenha Rocha Serra

REPRESENTANTE NA CCRA

A advogada Regina Mota está na SUSEP desde 1973, quando passou no primeiro concurso público realizado pela autarquia para a contratação de funcionários. Ela já foi chefe do Gabinete e do Departamento de Fiscalização e, hoje, é a representante da autarquia na Comissão Consultiva de Recursos Administrativos - CCRA - do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Profunda conhecedora da história da SUSEP, Regina Mota também presta assessoria para o Superintendente da autarquia e ao colegiado, além de, eventualmente substituir o chefe do Gabinete.

PROCURADORIA-GERAL

A Procuradoria-Geral é o órgão de consultoria e assessoramento jurídico do colegiado da SUSEP e do Superintendente, assistindo-os no controle interno da legalidade dos atos administrativos.
Como órgão vinculado à Advocacia-Geral da União, compete-lhe, também, a representação judicial e extrajudicial da autarquia.
Chefiada pelo Procurador-Geral André Leal Faoro, subdivide-se em uma Coordenadoria e três Subprocuradorias. O Coordenador tem como atribuição principal realizar o exame jurídico das questões pertinentes aos regimes especiais de direção fiscal, intervenção e liquidação extrajudicial compulsória das entidades sujeitas à fiscalização da SUSEP.
Cuida da supervisão da observância da Lei de Falências, no que tange à criteriosa ordem de colocação dos créditos, preferências e privilégios legalmente assegurados. Aprecia os relatórios das Comissões de Inquéritos de Liquidação, opinando sobre os mesmos.
Avalia pedidos sobre levantamento de indisponibilidade de bens de ex-administradores, conselheiros fiscais e assemelhados, recomendando as providências julgadas necessárias, manifestando-se, inclusive, sobre eventuais recursos.
A Subprocuradoria-Geral do Contencioso cuida da defesa da autarquia em Juízo, bem como da cobrança judicial dos créditos da SUSEP, inscritos como dívida ativa. Examina processos administrativos de aplicação de penalidades, instalados com base em autos de infração, representações ou denúncias, em especial oferecidas por segurados. Quando das liquidações extrajudiciais, destaca um procurador para presidir Comissão de



Equipe da Procuradoria-Geral

PROCURADORIA-GERAL



Equipe de apoio da Procuradoria-Geral

Inquérito, a fim de apurar as causas que conduziram a sociedade ao estado de insolvência, bem como eventuais responsabilidades dos administradores. Promove, ainda, o atendimento ao Judiciário e aos diversos órgãos de defesa do consumidor nas matérias ligadas à autarquia.

A Subprocuradoria-Geral de Consultoria tem como principal atribuição o exame jurídico dos atos assembleares referentes à constituição, incorporação, fusão, cisão, alteração estatutária, transferência do controle acionário e de funcionamento das sociedades seguradoras, de capitalização e previdência privada aberta, tanto nacionais ou estrangeiras, bem como o atendimento de consultas internas e de mercado, visando elucidar a interpretação e aplicação da legislação regente, nos seus mais diversos segmentos.

A Subprocuradoria-Geral de Estudos e Projetos tem como principais atribuições o exame jurídico de projetos de lei relativos às matérias afetas ao Sistema Nacional de Seguros Privados, o controle da legalidade dos atos baixados pela autarquia, a análise jurídica dos atos expedidos pelo CNSP, o exame e redação final das minutas de editais de licitações, contratos e convênios celebrados pela SUSEP e, também, a implementação de estudos para alteração dos atos normativos vigentes.

PARECERES

Entre janeiro e outubro deste ano, foram expedidos quase 2.000 documentos, entre pareceres, ofícios, comunicações internas, despachos etc., sem contar as petições judiciais, o que representa uma média mensal considerável de documentos. Esse desempenho foi possível graças à reestruturação da Procuradoria, tanto no aspecto material quanto no de recursos humanos, principalmente nos dois últimos anos.

O setor conta, atualmente,com 28 procuradores, sendo 24 na sede da SUSEP — no Rio de Janeiro — três em São Paulo e um no Rio Grande do Sul. A Procuradoria-Geral é dotada de uma Secretaria, composta por seis servidores, que fornece todo o apoio para o bom andamento dos trabalhos.

AUDITORIA-GERAL

A Auditoria-Geral tem a função de identificar se há irregularidades ou impropriedades na interpretação das circulares e deliberações por parte dos Departamentos, quanto à aplicação junto ao mercado de seguros, previdência privada aberta e capitalização, através de processos que tramitam na SUSEP.
A chefe da Auditoria-Geral, Vilma Gatto — advogada e funcionária de carreira da autarquia — ressalta, porém, que esse trabalho tem muito mais um caráter preventivo e de parceria, do que propriamente corretivo.

PROGRAMA

A Auditoria elabora um programa anual de trabalho, que é submetido ao colegiado da Susep e à Secretaria de Controle Interno do Ministério da Fazenda (Ciset) para aprovação, antes de ser posto em prática.
Vilma Gatto explica que, apesar da programação anual, não há uma rotina de trabalho. Se achar necessário, ela providencia a realização de auditorias nas representações ou departamentos não incluídos no programa inicialmente aprovado: "Nós procuramos trabalho e, sempre que preciso, promovemos auditorias aleatórias", assinala.

PARECERES

As auditorias podem ser feitas através de visitas "in loco" nas representações regionais, ou da análise de processos encaminhados à sede, no Rio de Janeiro. No ano passado, foram analisados 200 processos e expedidos 170 pareceres. Em 1996, de janeiro a outubro, a Auditoria analisou praticamente o mesmo número de processos, emitindo 150 pareceres.
Vilma Gatto observa que o número de impropriedades na interpretação da lei tem caído consideravelmente.

ENTROSAMENTO

Ela atribui essa queda a dois fatores: o perfeito entrosamente entre a Auditoria, as representações e os Departamentos da Susep, o que facilita e agiliza a troca de informações e as consultas; e a melhoria da qualidade do trabalho executado no âmbito interno da autarquia.



A chefe da Auditoria-Geral, Vilma Gatto, com o auxiliar Fernando Luís Filho

SECRETARIA GERAL

A Secretária-Geral administra internamente a SUSEP, faz a coordenação entre os Departamentos, executa a política de recursos humanos e de material. Entre as suas prioridades, está o treinamento intensivo dos funcionários da autarquia,
projeto que tem o apoio da Fundação Escola Nacional de Seguros (Funenseg). A Secretaria também incentiva a participação de servidores em cursos e seminários de especialização. inclusive no exterior, e concede bolsas de estudos aos funcionários.
O Secretário-Geral, Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, está na SUSEP desde abril de 1995 e exerceu o cargo de chefe do Ganinete até 23 de dezembro de 1996, quando assumiu a Secretaria-Geral.



Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, Secretário Geral



Equipe de apoio do Centro de Informática

PLANO

O Plano Diretor de Informática (DPI) é outra prioridade da Secretaria, que determinou a aquisição de um novo lote de computadores, para que, a partir de 1997, haja um equipamento sendo utilizado por, no máximo,dois servidores.
Ainda em 97, será concluída a rede interligando a SUSEP e o Serpro e estarão prontos os novos sistemas de informática para a área de previdência e para o seguro habitacional, sob a coordenação do Centro de Informática - CEINF.

APROXIMAÇÃO

O Serviço de Atendimento ao Público também recebe um tratamento diferenciado, através da maior aproximação da SUSEP com os segurados e órgãoes de defesa do consumidor e da agilização do trâmite de informações e procedimentos.
Além disso, foi reforçado o grupo de atendentes do Ligue-SUSEP e está sendo feita a expansão física da autarquia.
A Secretaria-Geral coordena ainda um projeto social que apresenta resultados bastantes satisfatórios: é o convênio que permite a contratação de menotes carentes para o serviços internos
Os resultados também têm vez, através de um programa de estágio que já se caracteriza como fornecedor de execelente mão-de-obra para o mercado de seguros, prêvidencia e capitalização.

CEDOC

O Centro de Documentação da SUSEP (Cedoc), subordinado à Secretaria-Geral, também está aberto para que profissionais das empresas de seguros, corretores, segurados, estudantes e jornalistas possam esclarecer dúvidadas ou consultar dispositivos que compõem a legislação do mercado.



Equipe de apoio do CEDOC

DECON
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ECONÔMICO

O Departamento de Controle Econômico (Decon), chefiado por Antônio Jorge Vianna, exerce uma função estratégica na SUSEP: o acompanhamento de todas as informações relativas ao mercado, desde a constituição das empresas, a homologação dos administradores, as alterações estatutárias e o aumento de capital até o controle das coberturas das provisões técnicas.

O Decon gerencia os dados dos Formulários de Informações Periódicas (FIP), elabora os boletins mensais sobre o desempenho do mercado e é responsável pelo registro dos corretores de seguros, pessoas físicas ou jurídicas.



CONTROLE

A análise da evolução da situação econômico-financeira das empresas é fundamental, pois permite a correção de eventuais problemas, antes que tomem vulto e se tornem de difícil solução: a regulação e controle de um segmento econômico de tal importância exige atuação preventiva, orientadora e corretiva e, para executar esse trabalho, o Decon tem 43 funcionários, dos quais 36 são analistas técnicos. Esses servidores são mantidos em constante treinamento e contam com equipamentos de informática necessários para o bom desempenho de suas funções.

SOLVÊNCIA

Além disso, vêm sendo aperfeiçoados os instrumentos de controle da margem de solvência, dos capitais mínimos, das avaliações econômico-financeiras, dos ativos de coberturas de reservas e dos procedimentos relativos à normalização das decisões assembleares das companhias.

FUNÇÕES

Está previsto para breve um aumento da carga de trabalho do Decon, em função das novas funções que poderão ser assumidas pela SUSEP, como o controle das empresas de medicina de grupo e o crescimento do setor de previdência privada aberta. Essa medida possibilitará ao Departamento repensar as suas funções, para que possa assumir tais responsabilidades, quando chegar a hora.



Equipes de apoio do DECON

DEFIS
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO



O Departamento de Fiscalização (Defis) é composto pelas Gerências de Relações com o Público (Gerep), de Instrução e Análise de Processos (Geiap), de Fiscalização Externa (Gefis) e de Controle de Regimes Especiais (Gecre). Conta, atualmente, com 53 servidores — 41 analistas técnicos e 12 agentes executivos — e está recebendo novos equipamentos de informática, o que agilizará ainda mais o atendimento ao público e a fiscalização do mercado.

A Gerência de Relações com o Público recebe, pessoalmente e por intermédio de cartas, as reclamações dos consumidores dos mercados de seguros, capitalização e previdência privada aberta.

APRIMORAMENTO

A chefe do Defis, Vera Melo de Araújo, revela que, desde 94, vêm sendo adotadas várias medidas para aprimorar o atendimento ao público. Ela cita a figura do Diretor de Relações com a SUSEP — criada para esclarecer dúvidas e responder queixas apresentadas à autarquia — e a instalação do Disque-SUSEP, uma linha direta entre o órgão e o consumidor.

Hoje, explica Vera Melo, cerca de 90% dos casos apresentados são resolvidos rapidamente, sem a necessidade de abertura de processos, através de contato com o Diretor de Relações com a SUSEP, o que comprova o acerto das medidas adotadas pela direção da autarquia.A Gerência de Fiscalização Externa fiscaliza as sociedades seguradoras e de capitalização, as entidades abertas de previdência privada e corretores de seguros, com base em programa elaborado para atender diferentes objetivos.A Gerência de Controle de Regimes Especiais controla as sociedades nos regimes de direção-fiscal, intervenção e liquidação extrajudicial, orientando os responsáveis, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela legislação.



A chefe do Departamento de Fiscalização, Vera Melo de Araújo, e suas equipes de apoio



DETEC
DEPARTAMENTO TÉCNICO-ATUARIAL

O Departamento Técnico-Atuarial (Detec) tem uma série de funções na estrutura da SUSEP: analisa os planos de seguros, previdência privada aberta e capitalização, antes do lançamento dos produtos no mercado; responde às consultas internas ou externas (das empresas ou dos consumidores) sobre a legislação do setor; faz a avaliação técnica das reclamações apresentadas à autarquia pelos segurados; e ainda verifica se os valores aplicados pelas empresas na constituição de reservas técnicas estão enquadrados nas normas em vigor.

GERÊNCIAS

O Detec engloba três gerências técnicas — Seguros e Capitalização (Gesec); Previdência Privada Aberta (Gepre); e Estudos Especiais (Geres) — e conta com 44 funcionários. O chefe do Departamento é José Antonio Valente Perez, funcionário de carreira da SUSEP.
No primeiro semestre de 96, foram examinados 1399 processos, o equivalente a 74% do total avaliado de janeiro a dezembro de 1995. A qualidade do serviço prestado pelo Departamento foi recentemente aprimorada com o reforço de pessoal e de equipamentos e o desenvolvimento do mercado de seguros, previdência e capitalização.

QUALIDADE

Também contribui de forma significativa para o desenvolvimento do trabalho realizado pelos técnicos do Detec a qualidade dos dados fornecidos pelos Formulários de Informações Periódicas (FIP). Hoje, essas informações são melhores e mais consistentes, o que permite à SUSEP identificar, com rapidez, eventuais problemas.
A carga de trabalho será ainda maior quando forem regulamentadas a quebra do monopólio do resseguro, a passagem dos planos de saúde para o controle da SUSEP e a própria mudança da estrutura do modelo previdenciário.
Os técnicos do Departamento, no entanto, estão preparados para executar a sua tarefa com a mesma agilidade, pois têm participado com freqüência de seminários e cursos de formação e valorização profissional, inclusive no exterior, seguindo orientação da direção da SUSEP.
O Departamento está investindo também na elaboração de estatísticas. Recentemente, foi concluído um estudo sobre as taxas de sinistralidade e a receita de prêmios na carteira de Automóveis, em todo o território brasileiro.



Equipe de apoio do DETEC

DEAFI
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

O Departamento de Administração e Finanças (Deafi),hoje chefiado por Sérgio Kafuri, é o que possui a maior estrutura no âmbito da SUSEP. São três gerências — cada qual com aproximadamente 20 funcionários — que, originalmente, também eram Departamentos: Material e Patrimônio (Gemap); Orçamento e Finanças (Gerof) e Recursos Humanos (Gerhu). Além destes, há o Setor de Contratos, que elabora e supervisiona o gerenciamento dos contratos firmados pela autarquia.
O Departamento operacionaliza as diretrizes definidas pela administração da SUSEP, visando a valorização dos servidores, que compreendem dois aspectos básicos: avaliação semestral e treinamento, seja na área de informática, técnica ou administrativa. Em 1996, foram treinados 272 servidores.

GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

A área de pessoal tem tido uma participação ímpar, nos últimos anos, no estabelecimento de uma nova SUSEP. É inegável seu esforço em prol do desenvolvimento dos recursos humanos da autarquia, através da oferta de cursos e treinamentos que resgatam a capacitação profissional de nossos funcionários como forma de crescimento institucional, comunicando-se com diversos setores governamentais para a busca de soluções. Para tal, suas quatro divisões têm contribuído de forma definitiva.

De modo geral, pode-se dizer que a Divisão de Pagamentos e Benefícios - Dipag - interligada ao Sistema de Administração de Recursos Humanos do Ministério da Administração e Reforma do Estado - Siape - cuida de toda parte referente à folha de salários, cálculos de gratificações e benefícios.
À Dical - Divisão de Cargos e Salários - cabe o controle de processamento de atos referentes a provimento, vacância e movimentação de pessoal, bem como o acompanhamento permanente das legislações e normas, emitindo pareceres sobre concessão de direitos do pessoal.
Já a Divisão Médico-Social - Dimes - cuida da saúde dos servidores, por meio de consultas eventuais e de programas de exames médicos periódicos, e de seu bem-estar, através do serviço de assistência social.
Por intermédio da Dimes, a SUSEP também executa um programa social junto à comunidade, através de convênio com o Centro de Educação Integral do Estado do Rio de Janeiro, oferecendo a menores carentes o desenvolvimento social e profissional necessário à sua colocação no mercado de trabalho.
Conta ainda com a Divisão de Seleção e Treinamento - Diset - desempenhando papel fundamental na política de valorização do servidor adotada na autarquia organizando cursos de especialização profissional, por coordenação interna ou por matrícula em





Equipes de apoio





Equipes de apoio

instituições, até o nível de pós-graduação. A Diset administra também o programa de estágio oferecido a estudantes de segundo e terceiro graus, contribuindo, assim, para a melhor especialização da mão-de-obra de nosso mercado.

GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

A Gerência de Orçamento e Finanças é formada por quatro divisões. A Dicor - Divisão de Coordenação das Receitas - que não existe formalmente, controla toda a receita da SUSEP, gerada pela Taxa de Fiscalização, multas e outras fontes de recursos, aplicações e os empréstimos concedidos às liquidantes. A Divisão de Finanças (Difin) tem como atribuições executar pagamentos e recebimentos da autarquia, administrando os saldos dos recursos disponíveis, enquanto a Divisão de Contabilidade (Dicon) é responsável pela classificação contábil dos processos de pagamento e contabilização da movimentação financeira dentro dos padrões de contabilidade pública. Entre as suas atribuições estão a elaboração das demonstrações contábeis e a apresentação da prestação de contas. Já a Divisão de Orçamento (Didor), elabora a proposta orçamentária do exercício seguinte, executa o orçamento aprovado, bem como gerencia a solicitação e aprovação de seus créditos orçamentários e, ainda, acompanha a Programação Orçamentária a nível de custos (Progorcam). A Didor mantém atualizados os Programas Orçamentários Plurianuais, e acompanha sua execução.



Equipes de apoio

GERÊNCIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

A Gerência de Material e Patrimônio é composta por três divisões: a Divisão de Serviços Gerais (Diseg), que coordena o dia-a-dia dos serviços no âmbito interno da autarquia e gerencia os contratos das empresas prestadoras de serviços de natureza contínua, como por exemplo, limpeza e vigilância; a Divisão de Material (Dimat), responsável pelas pequenas compras, nas quais não há necessidade de licitação; pelos contatos com as empresas vencedoras dos certames e pelo controle patrimonial e do almoxarifado; e a Divisão de Comunicação (Dicom), que coordena as áreas de telefonia, abertura de processos, protocolo e toda a correspondência da SUSEP.

REPRESENTAÇÕES



Representantes da SUSEP no Distrito Federal

BRASÍLIA

ASSESSORIA PARLAMENTAR

A Representação da SUSEP no Distrito Federal tem uma particularidade em relação às demais. Além do serviço de atendimento aos consumidores brasilienses, cuida também da assessoria parlamentar, fazendo o acompanhamento de todas as matérias de interesse da autarquia, ou relativas aos mercados de seguros, capitalização e previdência privada aberta, que tramitam no Congresso Nacional.

A chefe da representação, Sônia Borges, explica que esse trabalho é feito de forma integrada à assessoria parlamentar do Ministério da Fazenda, desde que o projeto chega à Câmara ou ao Senado até a sua votação, incluindo a passagem pelas comissões especiais.

Quando requisitada, a representação também envia pareceres elaborados no Rio de Janeiro para o Palácio do Planalto ou os encaminha diretamente aos líderes do Governo no Congresso e ao relator do projeto, visando agilizar a análise das propostas.

Sônia Borges conta com a colaboração de seis funcionários, que cuidam ainda do contato com as instituições governamentais, acelerando o trâmite de assuntos relativos à SUSEP, principalmente no Ministério da Administração e Reforma do Estado.

É na sede da representação do Distrito Federal que ocorrem as reuniões prévias do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). O Superintendente da SUSEP também tem um gabinete na representação, que utiliza durante os seus deslocamentos a Brasília.

SÃO PAULO

QUALIDADE TOTAL

Contando com 14 funcionários, a representação da SUSEP em São Paulo, chefiada por Carlos Eduardo Souza e Silva, responde pelo acompanhamento do mercado de seguros, previdência privada aberta e de capitalização no Estado que gera aproximadamente 46% da receita de prêmios registrada anualmente no Brasil.

Para executar essa função com eficiência, a equipe paulista deflagrou o Programa de Qualidade Total, alinhavado pela ex-chefe Ivete Bergantini Lippi, para ser aplicado nas unidades da autarquia espalhadas por todo o País.



Ivete Bergantini Lippi

Esse programa visa aprimorar o atendimento ao público e a fiscalização das empresas do setor. O seu principal fruto, até agora, é o Disque-SUSEP, uma linha direta que esclarece dúvidas do consumidor. Além disso, quando surgem muitas reclamações referentes à uma única empresa, ou carteira, a fiscalização é orientada nessa direção, pois, em geral, se é indício de que há algum problema a ser resolvido.

Outra iniciativa foi a criação do Formulário de Informações Periódicas (FIP), através do qual a SUSEP pode elaborar estatísticas sobre o mercado, ajudando a corrigir uma das principais carências do setor: a falta de informações confiáveis.



Representantes da SUSEP em São Paulo

PARANÁ

AGILIDADE COM INFORMATIZAÇÃO

A Representação da SUSEP no Paraná (REPPR) tem
uma equipe formada por dois analistas técnicos e quatro agentes, além de dois estagiários (um de nível superior e outro de nível médio) e uma auxiliar de serviços gerais.
O chefe da representação é Ivan Gelabert Barbosa.
Para agilizar o atendimento aos consumidores paranaenses e o acompanhamento das atividades
das empresas de seguros, previdência privada aberta
e capitalização e dos corretores que operam no Estado,
a representação foi informatizada, contando, hoje, com três microcomputadores.Além disso, os servidores têm participado, com frequência, de cursos de aprimoramento técnico.
A especialização do pessoal e a informatização permitiram que a representação aumentasse o volume de trabalho, mesmo com um número menor de funcionários, nos últimos anos.



Representantes da SUSEP no Paraná

REPRESENTAÇÕES

BAHIA

190 ATENDIMENTOS MENSAIS

A Representação da SUSEP na Bahia (REPBA) fica situada no Edifício das Seguradoras, na parte baixa de Salvador, próximo ao Plano Inclinado. Nela trabalham três servidores, sendo dois agentes executivos e um analista técnico, chefiados por Maria Amélia Guedes Carvalho.

Mensalmente são feitos, em média 190 atendimentos, dos quais 82% relativos a pedidos de esclarecimentos ou denúncias dos consumidores e 18% a assuntos gerais relacionados aos mercados de seguros, capitalização e previdência privada aberta.

Maria Amélia Carvalho explica que a representação tem como jurisdição de competência os Estados da Bahia e Sergipe e atua no sentido de resolver os assuntos referentes à fiscalização de uma maneira geral, bem como solucionar os impasses entre segurados e seguradoras, o que, na maioria das vezes, é conseguido sem necessidade de abertura de processo administrativo. Ela destaca ainda que a Bahia, hoje, responde por cerca de 3,11% do total de prêmios emitidos no País, ocupando a sétima posição entre os Estados da Federação.



Representantes da SUSEP na Bahia

RIO GRANDE DO SUL

DEFESA DO CONSUMIDOR

A Representação da SUSEP no Rio Grande do Sul conta com oito funcionários, responsáveis pelo atendimento e o esclarecimento de dúvidas apresentadas pelos consumidores e empresas instaladas no Estado, que é o terceiro maior pólo de seguros, capitalização e previdência privada aberta, do Brasil.

Seguindo orientação do colegiado da SUSEP, a representação tem como maior prioridade as ações de caráter preventivo, em defesa dos interesses do público.

Nesse contexto, os servidores da SUSEP lotados no Rio Grande do Sul atuam com rigor no acompanhamento das infrações, oferecendo total apoio aos fiscais designados pela sede da autarquia para solucionar os eventuais problemas verificados no mercado local.

Os bons resultados apresentados são também fruto da política adotada pela SUSEP de valorização de seus servidores, que têm à disposição uma série de cursos de especialização técnica e profissional, que lhes permite atender aos segurados com maior eficiência e dinamismo.



Representantes da SUSEP no Rio Grande do Sul

ELES FIZERAM A HISTÓRIA DA SUSEP

A atual Coordenadora de Relações com o Público GEREP, Glória Francisco Barbosa da Silva, ingressou na autarquia em 7 de julho de 1967, como secretária do Gabinete, cargo que ocupou até 1974, quando passou a assistente do Departamento de Controle Econômico (Decon). Em 89, convidada para estruturar a secretaria do Departamento de Fiscalização (Defis), comandou o processo de informatização, que trouxe melhorias significativas no atendimento ao público. Dois anos depois, foi exercer a função de assessora técnica da diretoria e, em 94, iniciou o trabalho voltado para o atendimento ao público.





Glória Francisco Barbosa da Silva

Ela atribui o bom estágio que a autarquia vive hoje a dois fatores. O primeiro, conta, foi a abnegação com que os funcionários mais antigos trabalhavam, utilizando, muitas vezes, o próprio dinheiro para comprar materiais que faltavam para a SUSEP, nos primeiros anos do órgão. Além disso, cita o empenho pessoal de alguns superintendentes, visando a modernização da SUSEP. Nesse contexto, lembra especialmente de João Régis Ricardo dos Santos, que, em 88, somente assumiu o cargo depois de obter das autoridades governamentais a promessa de melhorias nas condições de trabalho na autarquia. Foi nessa gestão que foi comprada a atual sede da SUSEP, assinala Glória Barbosa.

Entre as histórias que marcaram a sua carreira na SUSEP, ela narra o trabalho dobrado que sempre cabia aos funcionários da autarquia nos dias 30 e 31 de dezembro, em função da disputa entre as grandes seguradoras para ver quem iniciava o novo ano com maior capital: "Todo ano era a mesma coisa. Enquanto todo mundo comemorava o último dia de trabalho do ano, ficávamos até tarde na Susep para analisar os pedidos de aumento de capital. Felizmente, essa disputa não existe mais".

• • •

Regina Mota está na SUSEP desde 19 de novembro de 1973, sendo uma das mais respeitadas profissionais da autarquia. Atuando, no momento, como assessora técnica da diretoria, ela iniciou sua carreira como técnica de seguros, lotada no Departamento de Fiscalização (Defis), até ser convidada para assumir a chefia do Gabinete, em 1992.

Da história da SUSEP, ela destaca o progresso obtido entre as dificuldades iniciais, quando a autarquia sequer possuía uma sede própria e a contenção de verbas dificultava a compra de materiais e equipamentos essenciais para a execução dos serviços, até os dias atuais, onde os profissionais têm acesso a cursos e eventos de especialização, tanto no Brasil quanto no exterior, além de contarem com equipamentos apropriados para as suas respectivas tarefas: "A SUSEP mudou muito e para melhor. Hoje é motivo de orgulho de todos nós", atesta.

Regina Mota elogia ainda o empenho dos superintendentes que, nos últimos nove anos, modificaram completamente o perfil da autarquia, melhorando a sua imagem e investindo na informatização. Segundo ela, até então, a SUSEP precisava contar com a memória de seus funcionários mais experientes para equacionar eventuais dúvidas: 'A abnegação dos funcionários que passaram por aqui merece todo o destaque. Eles marcaram época e devem ser respeitados e valorizados por tudo que fizeram", acrescenta.

• • •

Dilson da Silva está na SUSEP há 17 anos. Ele sempre trabalhou no Departamento de Controle Econômico (Decon), exercendo funções na Divisão de Análise Contábil e na Gerência de Registros e Autorizações. Das dificuldades enfrentadas no passado, Dilson da Silva lamenta, principalmente, a dispersão provocada pela instalação dos Departamentos da autarquia em prédios da administração pública, no Arco dos Teles, na Rua São José e na Praça Mauá. Segundo ele, a compra da sede própria foi o ponto de partida para a modernização da SUSEP e o aprimoramento dos serviços executados pela autarquia.

ELES FIZERAM A HISTÓRIA DA SUSEP

Quando Antonio Castro Chana ingressou na SUSEP no dia 1º de março de 1968, a autarquia operava de forma precária, sem equipamentos e materiais adequados. Além disso, os vários Departamentos estavam distribuídos entre diversos prédios públicos localizados no centro do Rio de Janeiro, o que dificultava ainda mais a realização do trabalho de fiscalização e controle do mercado.

Ele conta que a "grande metamorfose" ocorreu no final da década passada, quando foi comprada a atual sede da SUSEP: "De lá para cá, a situação melhorou muito. Foi aprovado um Plano de Carreira e a direção da autarquia vem oferecendo uma série de incentivos para que os funcionários possam realizar o seu trabalho da melhor maneira possível", acentua Antonio Chana, que começou como agente especializado, exerceu diversas funções no Departamento de Controle Econômico (Decon) e no Departamento de Fiscalização (Defis) e, agora, atua na Divisão de Registro de Corretores de Seguros, do Decon.

• • •

Poucos conhecem tão bem a SUSEP como Armando Barbosa Jobim, que iniciou sua carreira em 1968, como auditor e exerceu várias funções, inclusive a de superintendente substituto, durante a gestão de Francisco de Assis Figueira. Hoje chefiando a Gerência de Registros e Autorização, Jobim afirma que não é difícil comparar as duas fases vividas pela autarquia, desde a sua criação: "Nos primeiros anos de existência da SUSEP, todos os serviços eram manuais, executados quase de forma artesanal. Agora, a situação é muito diferente, devido à modernização e agilização dos serviços, em conseqüência do reaparelhamento do órgão e da sua informatização", assinala.

Ele cita a valorização dos funcionários, a partir da década passada, como um dos principais fatores para a mudança, para melhor, na autarquia. Lembra ainda que, até meados dos anos 80, os salários eram pouco atrativos, o que fez com que a SUSEP perdesse para a iniciativa privada alguns dos seus melhores técnicos. Jobim acredita que o impulso mais importante foi dado pelo último concurso, realizado em 94, quando a autarquia pôde completar o seu quadro com profissionais competentes. Hoje, acrescenta, todos os Departamentos estão aptos a levar a SUSEP a, enfim, alcançar um estágio mais avançado no atendimento ao mercado e na execução de suas funções.

• • •

A Procuradoria-Geral da SUSEP reúne dois profissionais que conhecem profundamente a história da autarquia: o ex-coordenador Luiz Fernando de Oliveira Soares e a ex-Subprocuradora Geral de Consultoria, Tereza Helena Mirandela Barros.

Luiz Fernando Soares ingressou na SUSEP, como agente administrativo, em 1º de agosto de 1967, apenas oito meses após a criação da autarquia. Tereza Mirandela foi admitida em 1º de setembro de 1967, também como agente administrativa. Daquela época, os dois guardam boas e más recordações: o orgulho de trabalhar com o primeiro Superintendente, Raul da Silveira, e as dificuldades enfrentadas pela falta de equipamentos adequados: "Tudo era feito manualmente, não havia recursos financeiros para investir na melhoria da qualidade do serviços. Mas, foi um imenso prazer começar minha carreira trabalhando com o doutor Silveira", assinala o ex-coordenador da Procuradoria.

Já Tereza Mirandela tem uma história que ilustra bem as dificuldades dos primeiros tempos: "Para ter onde sentar e realizar minhas tarefas, eu precisava dividir uma caixa de livros com uma colega".

Mesmo com todos esses obstáculos, ambos conseguiram ascender profissionalmente. Luiz Fernando Soares exerceu, por 11 anos, a chefia de fiscalização da extinta delegacia da SUSEP no Rio de Janeiro. Foi também o último delegado no Rio. Na década de 80, dirigiu a Divisão de Legislação e Orientação e a Divisão de Execução e Controle, até que, em 88, assumiu o posto de Subprocurador de Contencioso.

Tereza Mirandela, por sua vez, chegou à Procuradoria em 28 de abril de 1982, após realizar concurso de ascensão profissional. Antes, havia sido secretária dos Departamentos de Administração, Patrimônio e Pessoal da SUSEP.

Eles têm opiniões semelhantes também quanto ao período em que a SUSEP finalmente conseguiu superar os obstáculos do passado: "Foi no final da década de 80, na gestão de João Régis Ricardo dos Santos, que a autarquia foi modernizada, através da valorização dos funcionários, compra de equipamentos necessários e a abertura da sede própria", recorda Tereza Mirandela.

ELES ESCREVERAM A HISTÓRIA DA SUSEP

MÁRCIO SERÔA DE ARAÚJO CORIOLANO

(21/03/95 a 19/11/96)

A gestão de Márcio Serôa de Araújo Coriolano, como Superintendente da SUSEP, coincidiu com um dos períodos mais prósperos da atividade seguradora, cuja participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, cresceu de 0,8%, índice que persistiu até o fim de 1994, para mais de 2%. Nesta mensagem, ele fala das mudanças que ocorreram nos mercados de seguro, capitalização e previdência privada aberta e do que ainda pode ocorrer, com a abertura para o capital estrangeiro.

Há 30 anos, em 21 de novembro de 1966, foi criada a Superintendência de Seguros Privados — SUSEP — que sucedeu ao antigo Departamento Nacional de Seguros Privados e de Capitalização.

O Decreto-Lei nº 73, o mesmo que criou a SUSEP, instituiu o que atualmente é chamado de Sistema Nacional de Seguros Privados, na esteira das reformas iniciadas em 1964 e que reorganizaram o sistema financeiro bancário, o sistema de fomento às atividades industriais, o sistema financeiro da habitação, entre outras mudanças econômicas.

Sabemos que todo esse arcabouço institucional, derivado das reformas empreendidas há três décadas, está sendo objeto de novas reformas, consistentes com o ambiente de desregulamentação e de globalização que permeia as atividades econômicas e sociais no mundo todo. E essas mudanças não são mais fruto da vontade de poucos, mas da vontade da sociedade, que não tolera mais conviver com um Estado gigante, criador de ineficiência, nem com a instabilidade econômica, geradora de um imposto que atinge mais os pobres, nem com a falta de concorrência, que atenta contra a cidadania.



Mas, sabemos também que os novos tempos são sempre construídos sobre a experiência acumulada dos tempos passados. E, observando o que foi empreendido nos mercados de seguros, de previdência privada e de capitalização nos últimos trinta anos, há, com certeza, o que comemorar.

Cada empresário desses setores, cada especialista, cada funcionário do Governo, tem uma estória para contar, porque fizeram história. Cada um contribuiu para a formação de um mercado maduro e especializado, cujas condições de funcionamento podem ser equiparadas as dos mercados mais desenvolvidos. Embora ainda não expressivo em termos mundiais, não se deve deixar de chamar atenção para o fato de que o mercado brasileiro de seguros corresponde a 40,7% do que é movimentado em toda a América Latina.

E foi precisamente esse esforço, técnico e empresarial, o que propiciou que o nosso Sistema experimentasse uma adaptação adequada ao contexto de estabilidade econômica obtido a partir de implementação do Plano Real, em julho de 1994.

Todos já cantamos em prosa e verso a forte expansão dos mercados de seguros, previdência privada e capitalização, observada em 1994 e em 1995. Há, certamente, muitos desafios nesse ambiente mais competitivo e, mais uma vez, a experiência e a maturidade vão contar para a superação de obstáculos em direção a um crescimento auto-sustentado do setor e à maior satisfação do consumidor.

A SUSEP também tem o que comemorar. A SUSEP veio buscando se aperfeiçoar a cada momento desses últimos trinta anos e, hoje, conta com um respeitado quadro de profissionais de alta qualidade, que implantou um sistema de supervisão moderno e eficiente. Somos quase uma família — até porque não somos muitos — que manteve aceso o compromisso principal com a defesa dos interesses do consumidor, associado à necessidade de um mercado ofertante e em expansão.

É a todos e a cada um desses servidores da SUSEP, ativos e aposentados, que dedico esta mensagem. Esses três anos de colaboração na SUSEP foram os mais ricos de todos os meus vinte anos de administração pública. Aprendi principalmente a admirar o espírito de abnegação dos técnicos e do pessoal de apoio da Superintendência.

Desafios também aguardam a autarquia. Um mercado mais competitivo e aberto ao exterior implica necessariamente maiores demandas para o órgão. E, mais uma vez, a casa está se preparando para esses novos tempos, para continuar contando estórias e fazendo história.

ELES ESCREVERAM A HISTÓRIA DA SUSEP

LUIZ FELIPE DENUCCI MARTINS

(25/05/94 a 21/03/95)

A adaptação do mercado de seguros à nova realidade de economia brasileira, criada pelo Plano Real, foi o principal ponto da gestão de Luiz Felipe Denucci Martins, como Superintendente da SUSEP, entre 25 de maio de 1994 e 21 de março de 1995. "Nós providenciamos as primeiras medidas visando a desindexação da atividade seguradora, trabalho que, mais tarde, foi concluído por meu sucessor no cargo, Márcio Coriolano", lembra Denucci Martins, que considera aquela fase como a mais importante de sua carreira, em termos profissionais.



Ele revela que, na época, foi preciso realizar profundas alterações na estrutura do setor. Porém, observa que todo o processo transcorreu da forma mais tranqüila possível, pois as medidas somente foram implantadas depois de consultas e troca de informações entre representantes do Governo, das empresas produtoras e dos corretores de seguros: "Foi, enfim, uma transição sem traumas.", sintetiza Denucci Martins.

TÉCNICOS

Ele destaca também a participação efetiva dos técnicos da SUSEP na análise e elaboração das propostas de mudanças. O ex-Superintendente assegura que, sem esse apoio, seria impossível fazer as alterações necessárias, para adaptar a atividade seguradora ao cenário criado pelo programa de estabilização econômica.

MARCO

Para Denucci Martins, o período em que esteve a frente do colegiado da SUSEP foi um marco para a história do mercado brasileiro, uma vez que se deixou para trás um processo inflacionário perverso e se atingiu um novo patamar, estruturado em uma moeda forte que passou a oferecer mais tranqüilidade para os agentes econômicos.

Ele prefere não destacar qualquer norma que tenha sido aprovada durante a sua gestão, por estar convencido de que o mais importante foi o conjunto de medidas adotadas, visando dar um novo perfil ao segmento de seguros:

— O que importa é que conseguimos dar a partida para a efetiva desindexação de um mercado que, até então, estava calejado pelo processo inflacionário, assinala.

ELES ESCREVERAM A HISTÓRIA DA SUSEP

HERBERT JÚLIO NOGUEIRA

(03/08/93 a 25/05/94)

Herbert Júlio Nogueira foi Superintendente da SUSEP na fase imediatamente anterior à implantação do Real, que mudou as feições da economia brasileira e permitiu à atividade seguradora seguir novos rumos. Foi um período em que a maioria das empresas pouco investia na área operacional e no desenvolvimento de produtos, optando pela facilidade do lucro originário das aplicações na ciranda financeira.



A distorção era tão grave que, em 1993, apenas três companhias seguradoras tiveram lucro com a sua atividade-fim, ou seja,a venda de seguros. Na época, o Superintendente da SUSEP chegou a alertar o mercado sobre os riscos a que as empresas estavam submetidas, ao priorizarem os ganhos obtidos unicamente através das aplicações no sistema financeiro.

Dizia ele, então, que, se persistissem em atuar daquela forma, as seguradoras enfrentariam sérias dificuldades assim que o Governo conseguisse estabilizar a moeda.

O alerta parece ter surtido efeito. No final de 1994, pouco depois de ter deixado o cargo, já havia um equilíbrio maior entre os lucros financeiros e operacionais. Foi esse, aliás, o grande marco para a alavancagem definitiva do setor de seguros, cuja participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro saltou, nos últimos anos, de 0,8% para mais de 2%.

Nos meses em que esteve na direção da SUSEP, Herbert Nogueira preocupou-se também em aperfeiçoar o modelo adotado pela autarquia para fiscalizar o mercado, que, até então, era baseado no critério de amostragem. Ressentindo-se da falta de recursos humanos necessários para a realização de uma fiscalização mais efetiva - problema que foi corrigido com a contratação de novos servidores, através de concurso público, em 1994 - a SUSEP dependia das denúncias dos consumidores para realizar inspeções mais rigorosas nas empresas do setor.

As carências verificadas na estrutura existente na época também dificultavam a averiguação dos problemas de iliquidez nas empresas de seguro, capitalização e previdência privada. A solução do problema foi possível em função das medidas adotadas por Herbert Nogueira e pelos superintendentes da autarquia que o sucederam, com o apoio das demais autoridades governamentais.

ELES ESCREVERAM A HISTÓRIA DA SUSEP

WALTER J. DE BARROS GRANEIRO

(14/05/92 a 03/10/92)

Walter Graneiro foi o administrador que ocupou a Superintendência da SUSEP *por menor espaço de tempo: foram apenas cinco meses. O Brasil passava, então, por um desgastante processo político — o do* impeachment *do ex-presidente Fernando Collor — que se refletia sobre os negócios em praticamente todos os segmentos econômicos, inclusive, a atividade de seguros, capitalização e previdência privada aberta.*



A situação do mercado poderia ter sido ainda pior, caso o Governo não tivesse autorizado, pouco antes da nomeação de Walter Graneiro, a volta da atualização monetária nos contratos de seguros, que havia sido proibida pelo plano econômico aprovado no início do Governo Collor. Essa medida impediu sérios problemas no setor, pois os bens segurados estavam se valorizando rapidamente, enquanto as importâncias seguradas permaneciam congeladas. Outro instrumento aprovado na gestão anterior, que Walter Graneiro pôde utilizar para ter um controle maior sobre o mercado, foi a Resolução do CNSP que estabeleceu penalidades mais duras para empresas infratoras.

ELES ESCREVERAM A HISTÓRIA DA SUSEP

CARLOS PLÍNIO DE CASTRO CASADO

(13/08/ 90 a 14/05/ 92 e de 27/12/92 a 03/08/93)

Funcionário de carreira da SUSEP, Carlos Plínio de Castro Casado foi o único que exerceu por duas vezes a Superintendência da autarquia. A primeira gestão teve início em 1991, durante o Governo de Fernando Collor de Mello. A economia brasileira vivia um momento especialmente difícil e grande parte das seguradoras, assim como as demais empresas, começavam a ficar sem oxigênio, devido ao confisco dos seus ativos financeiros, promovido pelo Governo. Plínio Casado ainda voltou ao cargo, após o impeachment do ex-presidente Fernando Collor, para "colocar ordem na casa".

Ele afirma que, durante o período de inflação alta, as seguradoras conseguiam apurar mais recursos com as aplicações financeiras do que a sua atividade-fim. Segundo Carlos Plínio Casado, muitas empresas chegaram a fechar sucursais para aplicar os recursos, criando uma distorção no mercado.

Diante deste quadro, sua primeira providência foi checar como estavam as provisões técnicas e o capital de giro das companhias. "Tivemos de fazer uma intervenção branca, colocando direções fiscais em cinco seguradoras: Carioca, Castello Costa, Catarinense, Internacional e Ajax", relembra.

A extinção da correção monetária também se tornou um problema para o mercado segurador. Plínio Casado recorda que, apesar de a inflação estar quase zerada naquele momento, os ativos estavam se valorizando e as importâncias seguradas não eram compatíveis com o valor do bem, acarretando grandes prejuízos para o consumidor. Foi preciso, então, que o Ministério da Fazenda autorizasse a atualização monetária dos valores dos contratos de seguro, previdência e capitalização, para minimizar o problema.

Outra marca de sua administração, enfatiza, foi a elaboração do Plano Diretor de Seguros, que previa uma série de medidas institucionais e operacionais para o setor. O documento apresentou propostas como a quebra do monopólio do IRB - já aprovada no Congresso Nacional - a regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal, ainda em tramitação; a regulamentação das sociedades de medicina de grupo; a privatização do seguro de acidente do trabalho; e o desenvolvimento da área de previdência privada, como complementação da Previdência Social.

Ainda em sua gestão, Plínio Casado conseguiu que o Decreto-Lei 261 fosse regulamentado através da Resolução 15 do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), o que possibilitou que o mercado de capitalização pudesse ser ampliado. "Antes desta regulamentação, apenas 8 empresas detinham a reserva de mercado nesta área", assinala.

Outra conquista foi a edição da Resolução 16, do CNSP, que estabeleceu um regime de penalidades mais ágil para a autarquia. Segundo Carlos Plínio Casado, a legislação em vigor até então era uma cópia das normas da Comissão de Valores Mobiliários CVM), o que a tornava totalmente inadequada para o mercado segurador.

Em dezembro de 1992, ele foi convidado a reassumir a Superintendência da SUSEP, interinamente. "Minha missão era arrumar a casa, só que tive de fazer todo o trabalho sozinho, pois não me deram um corpo diretor", diz, ao lembrar que desempenhou esta missão por cerca de um ano.

ELES ESCREVERAM A HISTÓRIA DA SUSEP

JOÃO RÉGIS RICARDO DOS SANTOS

(de 18/03/85 a 13/08/90)

Quando João Régis Ricardo dos Santos assumiu a SUSEP, em 1985, a autarquia enfrentava algumas adversidades, principalmente no aspecto financeiro. Não bastasse isso, ele vinha da diretoria da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e não conhecia nada de seguro. Mas, esse quadro adverso lhe deu forças para enfrentar os problemas e criar um profundo vínculo afetivo com a entidade. "Eu vi uma instituição ser reerguida, fruto do empenho de todo o corpo de funcionários. Foi uma experiência pessoal e profissional fantástica", relembra.

A SUSEP que João Régis encontrou não possuía sequer uma sede própria — funcionava em quatro ou cinco imóveis diferentes — e enfrentava dificuldades de orçamento.

O mercado segurador, extremamente regulado, não conseguia ultrapassar o índice de 0,8% de participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Na época, afirma João Régis, uma companhia seguradora não podia fazer sequer uma publicidade sem antes submetê-la à aprovação da SUSEP.

Diante desse quadro, ele obteve o respaldo do Governo para buscar a flexibilização do mercado, criando as bases para uma atuação mais eficiente e moderna.

O primeiro passo foi a mudança da forma de transferência de informações das empresas do setor para a SUSEP.

Depois, vieram a liberação das tarifas dos seguros de automóvel e incêndio e a criação da taxa de fiscalização, através de um intenso trabalho junto ao Congresso Nacional.

Ainda na gestão de João Régis, a SUSEP elaborou a regulamentação da correção monetária dos contratos de seguro, alterou a forma de aplicação das reservas técnicas e obteve recursos, através do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), para comprar a sede própria.

Outras conquistas foram o início do processo de informatização da autarquia e do fortalecimento da imagem institucional da SUSEP. "Conseguimos reduzir a interferência do Estado e ao mesmo tempo qualificar melhor a SUSEP como órgão fiscalizador", recorda João Régis.

O ex-Superintendente assinala ainda que sua gestão teve outra característica que a distingue particularmente das demais: nos cinco anos e cinco meses em que esteve à frente da autarquia, teve de conviver com cinco ministros da Fazenda: Francisco Dornelles, Dilson Funaro, Bresser Pereira, Maílson da Nóbrega e Zélia Cardoso de Mello.

Otimista quanto às perspectivas do mercado segurador, João Régis afirma que o setor de seguros, capitalização e previdência privada aberta ainda atua abaixo de seu potencial econômico.

Na opinião do ex-Superintendente da SUSEP, a atividade tem todas as condições para conquistar uma participação de até de 1% do PIB.

ELES ESCREVERAM A HISTÓRIA DA SUSEP

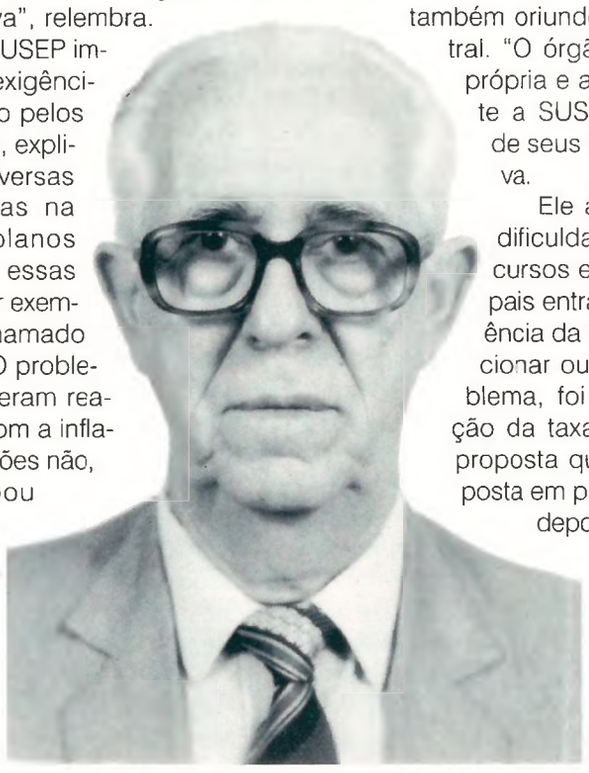
FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIRA

(15/03/79 a 18/03/85)

O saneamento do mercado, através da implantação das normas que regulamentaram os montepios, foi a tônica da gestão de Francisco de Assis Figueira na SUSEP. Vindo do Banco Central, onde chefiava a área de fiscalização bancária, ele assumiu a Superintendência em março de 1979, durante o Governo Figueiredo, e deixou a entidade em 1985.

Francisco de Assis Figueira dirigiu a SUSEP em uma época de inflação ascendente, o que comprometeu a saúde de grande parte dos montepios. A autarquia teve, então, que intervir em algumas empresas, como a Capemi Montepios. "Precisávamos garantir os direitos dos segurados, mas conseguimos manter a empresa viva", relembra.

Por precaução, a SUSEP impôs "um arsenal de exigências" para ser cumprido pelos montepios. O objetivo, explica, era corrigir as diversas distorções verificadas na maior parte dos planos comercializados por essas empresas. "Alguns, por exemplo, prometiam o chamado "fundo de coronel". O problema é que os soldos eram reajustados de acordo com a inflação, mas as contribuições não, o que acabou inviabilizando o pagamento destes planos", conta.



Francisco Figueira estima que, ao assumir o cargo, existiam cerca de 80 montepios. Alguns foram liqüidados, mas uma boa parte acabou se transformando em companhias seguradoras.

Ele assinala que, no início da década de 80, o mercado era ainda pouco desenvolvido, trabalhando mais com base nos resultados financeiros obtidos pela aplicação dos prêmios.

Na época, a ciranda financeira permitia que o resultado financeiro suplantasse o resultado industrial. Ou seja, mesmo que um risco não fosse muito bem avaliado, as empresas conseguiam preservar seus ganhos através dos investimentos.

Outra marca forte da gestão de Francisco Figueira foi a estreita colaboração com o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), presidido, então, por Ernesto Albert, também oriundo do Banco Central. "O órgão possuía renda própria e ajudou diretamente a SUSEP na condução de seus trabalhos", observa.

Ele acrescenta que a dificuldade em obter recursos era um dos principais entraves à maior eficiência da SUSEP. Para solucionar ou minimizar o problema, foi cogitada a criação da taxa de fiscalização, proposta que acabou sendo posta em prática alguns anos depois. "Essa, sem dúvida, é a maneira mais correta de se gerar recursos para a autarquia e ampliar o controle do mercado", justifica Francisco Figueira.

Com relação ao atual estágio do mercado, ele entende que as empresas agiram corretamente ao passar a atuar de forma mais técnica, priorizando o resultado industrial, a partir da estabilização econômica e da abertura do mercado aos grupos estrangeiros.

ELES ESCREVERAM A HISTÓRIA DA SUSEP

ALPHEU AMARAL

(08/04/74 a 15/03/79)

Alpheu Amaral dirigiu a Susep em um período extremamente delicado para a economia nacional, que acabara de sair do chamado "milagre brasileiro" para ingressar em um processo recessivo, marcado pelo aumento dos índices de inflação e a crise do petróleo. O mercado de seguros, evidentemente, não ficou imune a esse quadro, e foi preciso muito empenho dos dirigentes do órgão fiscalizador para que a situação não atingisse um nível ainda mais sério.

Na época, a atividade seguradora tinha um presença minúscula no contexto econômico do País, com uma participação que sequer chegava aos 1% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Mas, a crise econômica não poupou o setor, especialmente os montepios, que, no início da década de 80, acabaram enfrentando sérios problemas, que culminaram, inclusive, na liquidação de algumas das empresas que operavam no mercado interno.

Mesmo diante desse cenário, a SUSEP, que, em meados da década de 70, havia obtido autorização especial do governo para a contratação de técnicos, conseguiu adotar as medidas necessárias para minimizar os efeitos da crise sobre o setor.

ELES ESCREVERAM A HISTÓRIA DA SUSEP

DÉCIO VIEIRA DA VEIGA

(23/11/70 A 08/04/74)

Décio Vieira da Veiga assumiu a direção da SUSEP, em 1970, com a incumbência de fortalecer a presença da autarquia no mercado e de reduzir o número de empresas que proliferavam na atividade seguradora. Quatro anos depois, ao término de sua gestão, o número de seguradoras em operação caiu de cerca de 200 para apenas 92 no mercado brasileiro — "o mercado se contraiu, mas ganhou força", relembra — e a SUSEP passou a ser bem mais eficiente.

Assumir a Superintendência da SUSEP foi um acaso na vida de Décio Vieira da Veiga. Em 1970, quando recebeu o convite para dirigir a entidade, sua vida profissional estava inteiramente ligada ao Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), onde atuava como assessor da presidência.



Ele voltava de uma viagem a Londres, onde fora renovar contratos com o *Lloyd's* e outras seguradoras, quando o então Ministro da Fazenda, Pratini de Moraes, o indicou para completar um mandato, atendendo a sugestão do então presidente do IRB, José Lopes de Oliveria.

Surpreso, pois sequer era conhecido no mercado, só aceitou o convite depois que o ministro lhe deu carta branca para atuar. "Eu precisava de liberdade para promover mudanças", relata.

Os desafios do cargo foram muitos. Além de não ter nenhuma familiaridade com as atividades da SUSEP, Décio Veiga enfrentou muitas dificuldades e uma pesada jornada de trabalho. O êxito da empreitada ele atribui, em grande parte, ao trabalho de seu chefe de gabinete, Renato Costa Araújo, a quem classifica de "um profissional eficiente e dedicado".

CONCENTRAÇÃO

Na época, o mercado de seguro era formado por cerca de 200 empresas, e apenas 20% delas arrecadavam 80% dos prêmios. A principal tarefa de Décio da Veiga foi reduzir drasticamente o número de seguradoras. Ele conta que, com a ajuda de seu chefe de gabinete, conseguiu diminuir o número de empresas para apenas 92. A maior parte foi absorvida pelas grandes companhias, mas algumas tiveram de ser liquidadas. "O mercado se contraiu e adquiriu força", avalia.

TÉCNICOS

Outra dificuldade que enfrentou foi a falta de técnicos. Na época, os concursos públicos estavam proibidos e foi preciso obter autorização especial para promover a seleção de atuários, contabilistas e advogados.

Além das atribuições específicas do cargo de Superintendente, Décio Vieira teve de assumir muitas vezes a presidência interina do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), presidida pelo Ministro Pratini de Moraes.

PRESSÕES

Uma das tarefas que assumiu foi a de modificar o plano de contabilização das companhias seguradoras, um ponto bastante sensível, que levou as grandes seguradoras, mais influentes, a exercer muitas pressões. Para lidar com estas dificuldades, ele usou muitos "estratagemas de guerra", que aprendeu no período de 1942 a 1945, quando foi convocado pelo Governo brasileiro para combater na 2ª Guerra Mundial.

Décio Vieira ficou na SUSEP até 1974.

ELES ESCREVERAM A HISTÓRIA DA SUSEP

JOSÉ FRANCISCO COELHO

(21/03/70 a 22/11/70)

O superintendente da SUSEP, José Francisco Coelho, faleceu em 17 de outubro de 1981, poucos meses após pedir aposentadoria. Quando deixou a SUSEP, ocupava a Procuradoria-Geral da autarquia.

Funcionário da SUSEP, José Francisco Coelho ascendeu ao cargo de superintendente da autarquia em substituição a Raul de Souza Silveira. Ele permaneceu como titular do órgão fiscalizador por oito meses apenas. Mas, apesar do exíguo espaço de tempo, procurou adotar, com auxílio dos técnicos e demais funcionários da SUSEP, todas as medidas possíveis para dar continuidade ao trabalho de estruturação do mercado, que acabara de passar por um duro processo de enxugamento, que acabou resultando no fechamento de 12 companhias seguradoras. O empenho com que se dedicou à tarefa que lhe foi confiada pelo Governo garantiu a José Francisco Coelho um lugar de destaque na história da autarquia

ELES ESCREVERAM A HISTÓRIA DA SUSEP

RAUL DE SOUZA SILVEIRA

(28/12/1966 a 20/03/1970)

Raul de Souza Silveira foi o último dirigente do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização (DNSPC), órgão que cuidou da fiscalização do mercado entre 1940 e 1966 — e o primeiro superintendente da SUSEP. Aliás, foi ele próprio quem sugeriu ao Governo a extinção do Departamento e a sua substituição por um órgão que pudesse ser mais ágil na função de fiscalizar a atividade de seguros, previdência privada aberta e de capitalização.

Raul Silveira lembra que a mudança foi encarada com reservas e esbarrou em muitas resistências. Na época, chegou-se a analisar, inclusive, a possibilidade de que a fiscalização do mercado passasse a ser feita pelo Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). Mas, a proposta inicial acabou prevalecendo, contando com o apoio do então presidente do IRB, Thales José Campos.

No início, a SUSEP enfrentou várias dificuldades, principalmente pela falta de verbas, pois contava apenas com uma pequena subvenção do Governo Federal. Mas, relata Raul Silveira, essas dificuldades financeiras não impediram o bom desempenho da recém-criada autarquia e até a viabilização de alguns projetos, como a edição de uma revista mensal com artigos técnicos.

Ele assinala ainda que, à época da criação da SUSEP, o mercado estava "virtualmente falido". Segundo Raul Silveira, não havia fiscalização e as reservas técnicas não eram bem constituídas.

Esse cenário acabou por provocar, logo após a criação da superintendência, o fechamento de 12 companhias seguradoras, pela total impossibilidade de recuperá-las.

A crise somente não atingiu os montepios, que, afirma o ex-Superintendente da SUSEP, eram bem administrados e, por determinação legal, não eram fiscalizados.

Entre as iniciativas de Raul Silveira à frente da autarquia, destacaram-se a criação do seguro obrigatório para veículos automotores (DPVAT), que inicialmente cobria danos pessoais e materiais, e de um fundo para garantir a indenização em caso de acidentes com mortes, causados por veículos possíveis de serem identificados.



Ele se empenhou também para que o seguro de acidente do trabalho não fosse estatizado, mas perdeu a batalha.

Outro objetivo de Raul Silveira era fundir a SUSEP e o IRB, mas acabou deixando o cargo antes de colocar em prática a proposta. Por tudo isso, seu nome ficou definitivamente ligado à história da entidade. E a maior prova disso foi a homenagem especial que lhe foi prestada, no dia 21 de novembro de 1996 aniversário de criação da SUSEP, por funcionários da autarquia.

30 ANOS DE SUSEP
LEONCIO DE ARRUDA



A Federação Nacional dos Corretores de Seguros (Fenacor) congratula-se com a SUSEP, em seu 30º aniversário. E há muito o que festejar.

A Fenacor é testemunha do efetivo aprimoramento da SUSEP nos últimos anos, quando - graças às soluções desenvolvidas pelo Ministério da Fazenda - a entidade encontrou seu caminho menos político e mais técnico. Por isso mesmo, mais eficiente.

É notável o empenho dos responsáveis pela Susep em adequá-la ao pujante desenvolvimento do mercado de seguros no Brasil. Ao informatizar seus serviços, aumentar o corpo de funcionários e capacitá-los para a tarefa fundamental de fiscalizar a atuação das seguradoras e dos corretores em todo o país, a SUSEP ganha credibilidade, dia a dia.

O acompanhamento mais eficaz da saúde das empresas e a emissão mensal dos Formulários de Informações Periódicas fazem com que a SUSEP seja vista com maior respeito e simpatia, principalmente pelo consumidor. Este, afinal, é o maior beneficiário de uma fiscalização rigorosa.

A Fenacor orgulha-se de ter desempenhado sua parte nesse processo. Sempre criticando os desvios, mas apoiando entusiasticamente os passos corretos dados pelos responsáveis pela Superintendência.

Há ainda muito por fazer, temos certeza. A fiscalização, por exemplo, pode ser melhorada, com o aumento do número de funcionários no setor. Mas, o caminho está aberto. E nós, corretores de seguros, estaremos sempre junto à SUSEP, em busca da qualidade total e do melhor serviço ao consumidor. Parabéns!

*Presidente da Federação Nacional dos Corretores de Seguros (Fenacor)

30 ANOS DE SUSEP
LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI

A comemoração dos 30 anos da SUSEP marca o fim do ciclo de implantação e consolidação do mercado segurador no Brasil e o início de uma nova etapa de crescimento do setor, com destaque especial para o segmento de previdência privada. De fato, durante os últimos 30 anos, este órgão, criado em 20 de novembro de 1966 com o objetivo de estabelecer e disciplinar as atividades do setor de seguros, tem se empenhado em garantir aos agentes, operadores e clientes do mercado segurador em geral, e de previdência privada, em particular, a estabilidade necessária para o extraordinário crescimento verificado.



Nesse período, a SUSEP ampliou sua área de atuação, constituiu um corpo técnico eficiente - capaz de aplicar corretamente as leis que regulamentam o setor - e uma série de instrumentos que permitem hoje o acompanhamento adequado do mercado, garantindo a tranquilidade dos participantes. Criou ainda parâmetros que possibilitam um moderno sistema de acompanhamento de informações.

Dentro da área de atuação da SUSEP, o segmento de previdência privada teve o seu desenvolvimento garantido a partir de 15 de julho de 1977, quando entrou em vigor a Lei 6435, que regulamentou as atividades previdenciárias e criou condições reais para o crescimento do sistema no Brasil. Outras modificações importantes, que acabaram alterando o perfil da SUSEP, foram a criação de estruturas diferentes para o acompanhamento das entidades fechadas de previdência privada e a possibilidade de integrantes do setor de previdência privada participarem do Conselho Nacional de Seguros Privados. Esse processo de democratização das decisões marca um processo importante de parceria com a iniciativa privada.

Agora, ao comemorar 30 anos, o órgão federal começa a se defrontar com uma nova realidade. Uma realidade onde a função fiscalizadora ganha nova dimensão, aumentando a responsabilidade do organismo federal na orientação e regulamentação do mercado e permitindo às empresas do setor atuarem com o dinamismo e a eficiência que os clientes esperam.

É importante lembrar que, hoje, os consumidores dispõem de muitos mais mecanismos para se defender de eventuais abusos das empresas, como o próprio Código de Defesa do Consumidor.

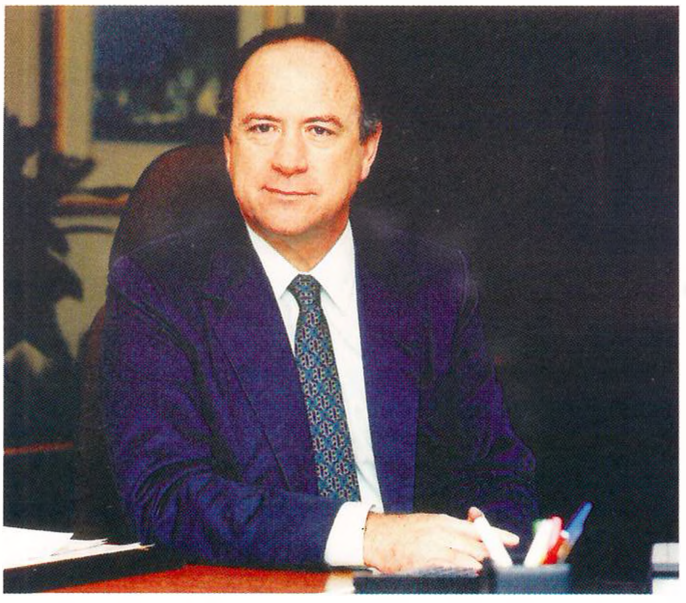
Por outro lado, o extraordinário crescimento de previdência privada, como o conseqüente aumento da concorrência e a entrada de novas empresas (nacionais e estrangeiras) no mercado, exige da SUSEP uma atuação ainda mais dinâmica, seja na aprovação dos processos de regulamentação dos produtos, seja no fornecimento de informações fundamentais para que essas empresas possam prestar um atendimento ainda mais eficiente para seus clientes.

A Associação Nacional da Previdência Privada parabeniza a SUSEP pela passagem dos seus 30 anos e envia os melhores votos de sucesso nessa nova etapa do trabalho de ampliação do mercado de seguros e previdência privada do Brasil.

30 ANOS DE SUSEP
JOÃO ELISIO FERRAZ DE CAMPOS

Em 1966, a reforma institucional exigida para a criação de novas etapas de crescimento da nossa economia incluiu a reforma da legislação de seguros.

Na época, a atividade seguradora era exercida sob regime legal que, ao longo de um quarto de século, permanecera estático, alheio às mudanças sócioeconômicas operadas no país pelo processo de industrialização. Com uma legislação anacrônica, o mercado de seguro incapacitava-se para o aproveitamento pleno das potencialidades a ele trazidas pelas novas realidades econômicas e sociais do país.



Na reforma de 1966, promovida para remover as inibições que retardavam a evolução do mercado de seguros, cabia como imperativo lógico cuidar também de aparelhar o Estado para um melhor e mais eficiente exercício de sua atividade fiscalizadora no setor.

Essa atividade era, até então, incumbência de um órgão da Administração Direta, o DNSPC, que, em função disso, era quase sempre manietado pelo rigores burocráticos inerentes à sua natureza institucional. Assim, para agilizar e tornar menos burocratizada a ação fiscalizadora do Estado, criou-se na Administração Indireta uma autarquia com autonomia administrativa e financeira: a SUSEP.

O advento da SUSEP foi, portanto, um novo marco na evolução da atividade fiscalizadora do Estado; uma entidade concebida, por sua índole institucional, para uma dinâmica e desembaraçada prestação de serviço público.

Ao longo dos seus 30 anos de existência, a atuação da SUSEP tem provado o acerto do legislador de 1966. Em verdade, não só cresceu muito, nesse período, o mercado de seguros, como, inclusive, o raio de ação do órgão fiscalizador foi estendido para abranger também a previdência privada.

E a SUSEP sempre cumpriu bem suas atribuições, no desempenho do seu papel, graças ao esforço e competência do seu corpo funcional e dos dirigentes que se sucederam na cúpula administrativa da autarquia. E cumprir bem esse papel não significa apenas e somente desenvolver, quando necessária, uma adequada ação repressiva, mas também e sobretudo realizar atuação preventiva, através de orientação e esclarecimento aos usuários dos seus serviços, que envolvem as empresas fiscalizadas e os beneficiários principais da sua atividade fiscalizadora — são os segurados, os portadores de títulos de capitalização e os participantes de planos de previdência privada.

Segundo o testemunho das empresas fiscalizadas, os 30 anos de trabalho da SUSEP, embora sempre pautados pela imparcialidade, nunca deixaram de colocar em primazia - e acima de tudo - o interesse público.

Nossas congratulações, portanto, a todos os que serviram à SUSEP, nesses 30 anos de atividade da autarquia.

*Presidente Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (Fenaseg)



SUSEP - Superintendência de Seguros Privados
SUSEP - 30 Anos

Expediente

Assessora de Comunicação
Iasmin Kamacho

Jornalista responsável
Jorge Clapp

Fotos
Luis Felipe Barra

Capa
Hélio Jaime Martins Fróes Cruz

Diagramação
Marisa Good

Fotolito e impressão
Editora e Gráfica Comunicação
Telefax: 281-6298

Agradecimentos especiais
FUNENSEG - Fundação Escola Nacional de Seguros

SUSEP
Rua Buenos Aires, 256
Centro - RJ
CEP: 22060-000
Tel.: (021) 297-4415
Fax: (021) 232-6068

DISQUE SUSEP
0800-218484

SUSEP

SEDE:

RIO DE JANEIRO/RJ
Rua Buenos Aires, 256, Centro - CEP 200061-000
Tel.: (021) 297-4415
FAX: (021) 221-6664

REGIONAIS:

BRASÍLIA/DF
SBS Q1 Bl. K 13º - Ed. Seguradora - CEP 70072-900
Tel.: (061) 223-2129/322-8995
FAX: (061) 223-1129

PORTO ALEGRE/RS
Rua Coronel Genuíno, 421 - 11º andar - CEP 90010-350
Tel.: (051) 221-0779/221-3513
FAX: (051) 221-4571

SÃO PAULO/SP
Rua Formosa, 367 26º - andar - Ed. CBI - CEP 01049-000
Tel.: (011) 222-0611/223-5505/223-9752
FAX: (011) 223-0534

CURITIBA/PR
Av. Marechal Deodoro, 344 - Ed. Atalaia - 8º and.- CEP 80000-909
Tel.: (041) 222-0197
FAX: (041) 323-1342

SALVADOR/BA
Rua Miguel Calmon, 382 - 9º andar - CEP 40015-010
Tel./FAX: (071) 242-3790/243-2974



SUSEP